

Claudio Carneiro

Curso de Direito TRIBUTÁRIO E FINANCEIRO

9ª edição

2020

saraiva **jur**



saraiva
EDUCAÇÃO

saraiva

Av. Doutora Ruth Cardoso, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

SAC

sac.sets@somoseduacao.com.br

Direção executiva Flávia Alves Bravin
Direção editorial Renata Pascual Müller
Gerência editorial Roberto Navarro
Gerência de produção e planejamento Ana Paula Santos Matos
Gerência de projetos e serviços editoriais Fernando Penteado

Consultoria acadêmica Murilo Angeli Dias dos Santos

Planejamento Clarissa Boraschi Maria (coord.)

Novos projetos Melissa Rodriguez Arnal da Silva Leite

Edição Eveline Gonçalves Denardi (coord.)
Iris Ferrão

Produção editorial Fernanda Matajs (coord.)
Verônica Pivisan Reis

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
Amanda Mota Loyola
Carmilla Felix Cianelli Chaves
Claudirene de Moura Santos Silva
Deborah Mattos
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa

Projetos e serviços editoriais Juliana Bojczuk Fermino
Kelli Priscila Pinto
Marília Cordeiro
Mônica Gonçalves Dias

Diagramação Edson Colobone

Revisão Carmem Becker

Capa Tiago Dela Rosa

Produção gráfica Mari Rampim

Impressão e acabamento Sergio Luiz Pereira Lopes
Gráfica Paym

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Carneiro, Claudio
Curso de Direito Tributário e Financeiro / Claudio
Carneiro. – 9. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2020.
824 p.

Bibliografia
ISBN 978-85-536-1400-4 (impresso)

1. Direito tributário – Brasil. I. Título.

20-0022

CDD 340

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito tributário 34:336.2

Data de fechamento da edição: 1-10-2019

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 606074 CAE 704952

Sumário

<i>Prefácio</i>	29
<i>Apresentação</i>	31
<i>Nota à 9ª Edição</i>	33
<i>Nota à 8ª Edição</i>	35
Capítulo 1 Direito Financeiro	
1.1 Principais Aspectos sobre Finanças Públicas	37
1.1.1 A Ciência das Finanças e o Direito Financeiro	39
1.1.2 Autonomia e Codificação do Direito Financeiro	42
1.1.3 Finalidades da Atividade Financeira	44
1.1.4 Aspectos Constitucionais e Infraconstitucionais do Direito Financeiro	47
1.2 Principais Aspectos sobre a Receita Pública	49
1.2.1 Distinção entre Ingresso e Receita	49
1.2.2 Classificação das Receitas	49
1.2.2.1 Receitas Ordinárias e Extraordinárias	50
1.2.2.2 Receitas Originárias e Derivadas	50
1.2.2.3 Receita Corrente e de Capital	50
1.2.3 Estágios da Receita Pública	51
1.2.4 Renúncia de Receita	51
1.3 Principais Aspectos sobre a Despesa Pública	53
1.3.1 Classificação das Despesas Públicas	53
1.3.1.1 Despesas Orçamentárias e Extraorçamentárias	53
1.3.1.2 Despesas Ordinárias e Extraordinárias	54
1.3.1.3 Despesas Correntes e Despesas de Capital	54
1.3.1.4 Despesas Produtivas, Reprodutivas e Improdutivas	55

1.3.2	Processamento das Despesas Públicas	55
1.3.3	Precatórios Judiciais	56
1.3.3.1	Sentença e Fazenda Pública	58
1.3.3.2	Exceção ao Sistema do Precatório	60
1.3.3.3	Renúncia ao Valor Excedente	64
1.4	Principais Aspectos sobre o Orçamento Público	67
1.4.1	Plano Plurianual	67
1.4.2	Lei de Diretrizes Orçamentárias.	69
1.4.3	Lei Orçamentária Anual	70
1.4.4	Evolução Constitucional.	73
1.4.5	Tipos de Orçamento	74
1.4.6	Superávit e Déficit Financeiro	76
1.4.7	Conceito de Orçamento e sua Natureza Jurídica	76
1.4.8	Controle de Constitucionalidade da Lei Orçamentária	79
1.4.9	Elementos do Orçamento.	90
1.4.10	Princípios Orçamentários	90
1.4.10.1	Anualidade Orçamentária	90
1.4.10.2	Unidade	91
1.4.10.3	Universalidade.	91
1.4.10.4	Legalidade	91
1.4.10.5	Publicidade Orçamentária	92
1.4.10.6	Proibição de Estorno	93
1.4.10.7	Equilíbrio Orçamentário-Financeiro	93
1.4.10.8	Clareza ou Transparência.	94
1.4.10.9	Exclusividade	95
1.4.10.10	Não Afetação	95
1.4.10.11	Racionalidade	97
1.4.10.12	Continuidade	97
1.4.10.13	Aderência	97
1.4.10.14	Especificação ou Discriminação ou Especialização	97
1.4.10.15	Exatidão.	98
1.4.10.16	Programação.	98
1.4.10.17	Orçamento Bruto	98
1.4.11	Ciclo Orçamentário.	99
1.4.12	Controle Orçamentário – Tribunal de Contas e Vedações Constitucionais	99

1.4.12.1	Origem dos Tribunais de Contas	99
1.4.12.2	Controle Orçamentário e Fiscalização	100
1.4.12.3	Atribuições dos Tribunais de Contas	101
1.4.12.4	Efeitos das Decisões dos Tribunais de Contas	103
1.4.12.5	Vedações	105
1.4.12.6	Operações de Crédito por Antecipação de Receita	107
1.4.12.7	Garantia e Contragarantia	107
1.4.13	Créditos Orçamentários Adicionais	108
1.5	Principais Aspectos sobre o Crédito Público	110
1.5.1	Conceito e Natureza Jurídica	110
1.5.2	A Dívida Pública Brasileira e Títulos da Dívida Pública	112
1.5.3	Classificação	114
1.5.3.1	Compulsório ou Voluntário	115
1.5.3.2	Perpétuo ou Temporário	116
1.5.3.3	Flutuante e Fundado	117
1.6	Responsabilidade Fiscal	117
1.6.1	Introdução	117
1.6.2	Objetivos	118
1.6.3	Pilares da Lei de Responsabilidade Fiscal	118
1.6.4	Destinatários da LRF	120
1.6.5	Limitação de Despesas	121
A.	Com Pessoal	121
B.	Restrição de Final de Mandato	122
C.	Despesas de Caráter Continuado	122
1.6.6	Reserva de Contingência	123
1.6.7	Despesa Adequada, Compatível e Irrelevante	124
1.6.8	Sanções em Caso de Desrespeito à LRF	124
1.6.9	Restos a Pagar	125
1.6.10	Relatório Resumido da Execução Orçamentária	125
1.6.11	Operações de Crédito	126
1.6.12	Limitação de Empenho	126
1.7	Repartição Tributária de Receitas	126
1.7.1	Classificação das Repartições Tributárias Constitucionais	128
1.7.1.1	Transferências Diretas	129
I	– Da União para os Estados e o Distrito Federal	129

II – Da União para os Municípios	130
III – Dos Estados para os Municípios	131
1.7.1.2 Transferências Indiretas	132

Capítulo 2 Fontes do Direito Tributário-----●

2.1 Introdução	135
2.2 Conceito de Direito Tributário	136
2.3 Fontes do Direito Tributário	136
2.3.1 Distinção entre Lei e Legislação Tributária	137
2.3.2 Hierarquia entre Lei Federal, Estadual e Municipal	139
2.3.3 Norma Tributária em Sentido Estrito e em Sentido Amplo	139
2.3.4 Fontes Formais Principais	139
I – Constituição da República	140
II – Emendas Constitucionais	140
III – Lei Complementar	141
IV – Lei Ordinária	157
V – Medida Provisória	159
VI – Lei Delegada	167
VII – Decreto Legislativo	168
VIII – Resoluções	168
IX – Tratados Internacionais	171
X – Convênios	179
XI – Doutrina e Jurisprudência	185
XII – Decretos	187
2.3.5 Fontes Formais Secundárias	188

Capítulo 3 Hermenêutica do Direito Tributário-----●

3.1 Legislação Tributária	193
3.2 Estrutura da Norma Tributária	194
3.3 Amplitude dos Institutos, Vigência, Aplicação, Interpretação e Integração da Norma	195
3.4 Vigência da Legislação Tributária	198
3.4.1 Vigência da Lei no Tempo	198
3.4.2 Vigência da Lei no Espaço	202

3.4.3 Vigência da Lei Brasileira no Exterior	203
3.5 Tributação Internacional	204
3.6 Aplicação da Legislação Tributária	205
3.7 Interpretação da Legislação Tributária	213
3.7.1 Diferença entre Interpretação, Integração e Correção	214
3.7.2 Métodos de Interpretação	214
3.7.3 Controvérsia entre a Definição e os Efeitos dos Institutos – arts. 109 e 110 do CTN	221
3.8 Integração da Legislação Tributária	229

Capítulo 4 Tributos em Espécie-----●

4.1 Noções Gerais	235
4.2 Comentários ao Art. 3º do CTN	235
4.3 Classificação dos Tributos	241
4.3.1 Vinculado e Não Vinculado	241
4.3.2 Fiscais, Extrafiscais e Parafiscais	242
4.3.3 Federais, Estaduais e Municipais	244
4.4 Espécies de Tributos	244
4.4.1 Imposto	247
4.4.1.1 Inconstitucionalidade por Arrastamento	248
4.4.1.2 Classificação dos Impostos	250
I – Diretos ou Indiretos	251
II – Pessoal ou Real	253
III – Progressivos, Regressivos, Fixos e Proporcionais	255
IV – Ordinário e Extraordinário	256
V – Principal e Adicional	257
VI – Monofásico e Plurifásico	257
VII – Não Cumulativo e Cumulativo	257
VIII – Quanto à Base Econômica de Incidência	258
4.4.2 Taxas	258
4.4.2.1 Noções Gerais	258
4.4.2.2 Competência para a Instituição das Taxas	259
4.4.2.3 Distinção quanto à Base de Cálculo dos Impostos e Taxas	259
4.4.2.4 Modalidade de Lançamento das Taxas	261
4.4.2.5 Finalidade das Taxas e a Justiça Retributiva	261

4.4.2.6 Fato Gerador das Taxas	262
I – Em Relação ao Serviço Público	263
A. A Caracterização do Serviço Público Essencial	263
B. Serviço Específico e Divisível	264
C. Efetivo ou Potencial	265
II – Poder de Polícia	266
A. Custas e Emolumentos	277
B. Serventias Extrajudiciais e Atividade Notarial	278
C. Coleta de Lixo	280
D. Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental	280
E. Telefonia e TV a Cabo	281
F. Selo de Controle de IPI	282
G. Taxas de Matrículas em Universidades Públicas	282
H. Serviços dos Correios	283
I. Segurança Pública	285
J. Iluminação Pública	285
K. Pavimentação Asfáltica	285
L. Taxa de Conservação de Vias Públicas	285
M. Taxa de Fiscalização de Anúncios e Taxa de Controle de Serviços Públicos Delegados	286
N. Taxa de Utilização de Subsolo para Transporte Ferroviário	286
O. Bases de Cálculo das Taxas devem ter Relação Direta com o Custo do Serviço ou do Poder de Polícia Gerador da Cobrança	287
4.4.3 Contribuição de Melhoria	288
4.4.3.1 Origem Histórica	288
4.4.3.2 Competência para a Instituição da Contribuição de Melhoria	288
4.4.3.3 Sujeito Passivo	289
4.4.3.4 Fato Gerador	293
4.4.3.5 Base de Cálculo e Limites	295
4.4.3.6 Requisitos Mínimos	297
4.4.3.7 Finalidade da Contribuição de Melhoria e a Justiça Retributiva	300
4.4.3.8 Contribuição de Melhoria e Reserva Legal	300
4.4.3.9 Contribuição de Melhoria: Imunidade e Isenção	300
4.4.4 Empréstimos Compulsórios	301
4.4.4.1 Noções Gerais	301

4.4.4.2	Empréstimo Compulsório e Reserva de Lei Complementar .	302
4.4.4.3	Causas de Legitimação <i>Mediata</i> e <i>Imediata</i> do Empréstimo Compulsório e Fato Gerador	303
4.4.4.4	Sujeito Passivo	306
4.4.4.5	Discussão quanto à Natureza Jurídica	306
4.4.4.6	Âmbito de Incidência – Territorialidade.	308
4.4.4.7	Restituição do Empréstimo Compulsório	308
4.4.5	Contribuições Especiais	309
4.4.5.1	Técnicas de Validação das Contribuições Especiais	312
4.4.5.2	Parafiscalidade e Extrafiscalidade nas Contribuições	313
4.4.5.3	Finalidades das Contribuições.	314
4.4.5.4	A Referibilidade das Contribuições.	315
4.4.5.5	O Fato Gerador das Contribuições.	315
4.4.5.6	Competência para Instituição das Contribuições	317
4.4.5.7	Competência dos Estados para Instituir Contribuições Sociais	317
4.4.5.8	Espécies de Contribuições.	318
	I – Contribuições para as Categorias Profissionais ou Econômicas (Corporativas).	319
	II – Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico.	323
	III – Contribuição de Iluminação Pública – Art. 149-A da CRFB	325
	IV – Contribuições Sociais (em Sentido Estrito)	326

Capítulo 5 Sistema Tributário Nacional

5.1	Sistema Tributário Nacional	343
5.2	Evolução Constitucional	348
5.3	Globalização.	353

Capítulo 6 Competência Tributária

6.1	Conceito	355
6.2	O Exercício da Competência Tributária – Faculdade ou Dever	356
6.3	A Expressão Competência Legislativa Plena	358
6.4	Repartição de Receita e Competência	359
6.5	Competência Positiva e Competência Negativa	362
6.6	Competência e Emenda Constitucional.	363
6.7	Lei Complementar – Conflito de Competência e Competência Concorrente.	364
6.8	Reserva de Competência e Benefício Fiscal.	366

6.9	Competência e Capacidade Tributária	367
6.10	Princípios Inerentes à Competência Tributária	370
6.11	Classificação da Competência Tributária	371

Capítulo 7 Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar ----- ●

7.1	Introdução	375
7.2	Limites ou Limitações	376
7.3	Natureza Jurídica	376
7.4	Imunidades e Princípios	377
7.5	Aspectos da Não Incidência Tributária	380
7.5.1	Isenção	383
7.5.2	Alíquota Zero	383
7.5.3	Imunidades	382
7.5.4	Diferimento	383
7.6	Principais Aspectos sobre as Imunidades	384
7.6.1	Histórico	385
7.6.2	Classificação das Imunidades	386
7.6.2.1	Subjetivas e Objetivas	387
7.6.2.2	Expressas e Implícitas	387
7.6.2.3	Incondicionais e Condicionais	387
7.6.2.4	Genéricas e Específicas	388
7.6.2.5	Imunidade e Isenção	389
7.6.3	Análise das Imunidades Genéricas	390
7.6.3.1	Imunidade Recíproca (CF, art. 150, VI, <i>a</i>)	390
7.6.3.1.1	Alcance Tributário da Imunidade Recíproca	391
7.6.3.1.2	Posição do Ente Federativo como Contribuinte de Fato e de Direito	393
7.6.3.1.3	Imunidade e Locação	394
7.6.3.1.4	Autarquia, Fundação, Empresa Pública e Sociedade de Economia Mista	395
I	– IPTU: Imunidade Tributária Recíproca e Cessão de Uso de Bem Público	399
II	– Imunidade Tributária Recíproca: Sociedade de Economia Mista e Serviços de Saúde	399
III	– Imunidade Tributária Recíproca reconhecida à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos alcança o IPTU Incidente sobre Imóveis de sua Propriedade, bem assim os por ela utilizados	401
IV	– Município não pode cobrar IPTU de Estado Estrangeiro, embora possa cobrar Taxa de Coleta Domiciliar de Lixo	402
V	– Imunidade recíproca da Casa da Moeda do Brasil	402
7.6.3.1.5	Serviços Notariais	403

7.6.3.1.6	Taxa Judiciária e Custas Processuais	404
7.6.3.1.7	Outros Julgados Importantes sobre o Tema	405
7.6.3.2	Imunidade dos Templos de Qualquer Culto	407
7.6.3.3	Imunidade dos Partidos Políticos, Entidades Sindicais dos Trabalhadores, Instituições de Educação e Assistência Social	415
7.6.3.3.1	Imunidade Tributária e Atividades de Lazer	419
7.6.3.3.2	Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos e Gratuidade	420
7.6.3.3.3	Imunidade Tributária e Entidade Beneficente	421
7.6.3.3.4	Imunidade das Entidades Fechadas de Previdência Social Privada	422
7.6.3.4	Imunidade dos Livros, Jornais e Periódicos e o Papel Destinado à sua Impressão	423
7.6.3.5	Imunidade dos Fonogramas e Videofonogramas Musicais . .	428
7.6.4	Princípios Constitucionais Tributários.	429
7.6.4.1	Princípios Relacionados ao Valor Segurança Jurídica	429
a)	Princípio da Legalidade Tributária.	429
a.1)	Princípio da Legalidade, da Tipicidade, da Reserva Legal, do Primado da Lei e da Superlegalidade	430
a.2)	Legalidade e Medida Provisória	433
a.3)	Legalidade: Obrigação Principal e Acessória	434
a.4)	Exceções à Exigência de Lei Formal	434
a.4.1)	Art. 153, § 1º, da CRFB	434
a.4.2)	Art. 177, § 4º, I, b, da CRFB	435
a.4.3)	Art. 97, § 2º, do CTN	435
a.4.4)	Art. 155, § 2º, XII, g, da CRFB quanto ao Convênio do ICMS.	435
a.4.5)	Art. 155, § 4º, IV, c, da CRFB	436
a.5)	Legalidade e Prazo para Pagamento de Tributo	436
b)	Princípio da Anterioridade Tributária	437
b.1)	Conceito e Características	437
b.2)	Distinção entre Anterioridade Tributária × Anualidade Tributária × Anualidade Orçamentária	440
c)	Princípio da Irretroatividade Tributária	441
c.1)	Irretroatividade e Imposto de Renda – Análise da Súmula 584 do STF	443
c.2)	Irretroatividade e Nova Interpretação da Lei	445
7.6.4.2	Princípios Relacionados ao Valor Justiça da Tributação	446

a) Princípio da Isonomia ou Igualdade Tributária	446
a.1) Destinatário do Princípio da Isonomia	448
a.1.1) Proibição de Privilégios Odiosos, do Latim <i>Privilegium Odiosum</i>	448
a.1.2) Proibição de Discriminação Fiscal	449
a.2) Privilégios Odiosos e a Inconstitucionalidade Imperfeita.	450
a.3) O Princípio do <i>Non Olet</i> e a Isonomia	451
b) Capacidade Contributiva	452
b.1) Capacidade Econômica	452
b.2) Natureza Jurídica da Capacidade Contributiva	453
b.3) Comentários sobre o Art. 145 do CTN.	453
b.4) Subprincípios da Capacidade Contributiva	457
b.4.1) Progressividade	457
b.4.2) Proporcionalidade	459
b.4.3) Seletividade	459
b.4.4) Personalização	460
b.4.5) Universalização	460
c) Princípio do Não Confisco	461
c.1) Confronto entre Confisco e Multa	462
d) Dignidade da Pessoa Humana.	462
7.6.4.3 Princípios Relacionados ao Valor Liberdade Jurídica	465
a) Princípio da Não Limitação ao Tráfego	465
b) Princípio da Vedação da Diferença Tributária em Razão da Procedência ou Destino	466
c) Princípio da Transparência Fiscal.	468
7.6.4.4 Outros Princípios Tributários	468
a) Não Cumulatividade	468
b) Não Intervenção nos Tributos dos Estados e dos Municípios	470
c) Generalidade e Universalidade	470
d) Não Tributação Mais Onerosa sobre a Renda	470
e) Autonomia dos Entes Federativos.	471
f) Neutralidade Tributária	471
7.6.4.5 Princípios Tributários Implícitos.	471

Capítulo 8 Obrigação Tributária

8.1 Breves Considerações	473
------------------------------------	-----

8.2 Fato Gerador	474
8.2.1 Nomenclatura	475
8.2.2 Classificação do Fato Gerador	479
8.2.2.1 Simples e Complexo	479
8.2.2.2 Instantâneo e Complexivo	480
8.2.2.3 Condicional e Incondicional	481
8.2.2.4 Causal e Formal	482
8.2.2.5 Típico e Complementar	483
8.2.2.6 Genérico e Específico	483
8.2.3 Elementos do Fato Gerador Integral	483
8.3 Relação Jurídica Tributária	485
8.3.1 Natureza Jurídica da Relação Jurídico-Tributária	486
8.4 Tributo e Penalidade	487
8.5 Obrigação Tributária	489
8.5.1 Aspectos da Obrigação no Direito Civil e no Direito Tributário	489
8.5.2 Espécies	492
8.5.2.1 Obrigação Principal	492
8.5.2.2 Obrigação Acessória	493
8.5.3 Diferença entre Obrigação e Responsabilidade	494
8.6 Distinção entre Elisão, Evasão e Elusão Fiscal	495
8.6.1 Elisão Fiscal	495
8.6.2 Evasão Fiscal	495
8.6.3 Elusão Fiscal	496
8.6.3.1 Abuso de Forma × Simulação × Abuso do Direito	496
8.6.3.2 Norma Antielisiva	497
8.7 Solidariedade Tributária	499
8.7.1 Benefício de Ordem	501
8.7.2 Efeitos da Solidariedade	501
8.8 Capacidade Tributária Passiva	502
8.9 Domicílio Tributário	504
Capítulo 9 Responsabilidade Tributária	
9.1 Persecução Tributária	509
9.2 Finalidades da Responsabilidade Tributária	510
9.3 Elementos Subjetivos da Obrigação Tributária	511
9.3.1 Sujeito Ativo	511
9.3.1.1 Sujeito Ativo Direto	512

9.3.1.2	Sujeito Ativo Indireto	512
9.3.2	Sujeito Passivo	513
9.4	Responsabilidade Tributária	515
9.4.1	Responsabilidade por Substituição	516
9.4.1.1	Responsabilidade por Substituição: Legitimidade, Imunidade e Isenção	517
9.4.1.2	Modalidades de Substituição	518
A.	Substituição Tributária para Trás	518
B.	Substituição Tributária para Frente	522
b.1)	Substituição para Frente × Pagamento Antecipado	524
b.2)	Análise da Constitucionalidade da Substituição para Frente	524
b.3)	Repetição de Indébito na Substituição Tributária para Frente	525
b.4)	Repetição de Indébito de Tributo Indireto	529
b.5)	Retenção na Fonte	529
b.6)	Súmulas sobre o Tema	532
9.4.2	Responsabilidade por Transferência	532
9.4.2.1	Distinção entre Substituição e Transferência	533
9.4.2.2	Modalidades de Responsabilidade por Transferência	534
A.	Responsabilidade por Imputação Legal ou de Terceiros	534
a.1)	Análise do Art. 134 do CTN	535
a.2)	Impossibilidade de Exigência do Cumprimento da Obrigação Tributária Principal por Parte do Contribuinte	540
a.3)	Vínculo entre o Comportamento do Responsável e o Fato Gerador	540
a.4)	Responsabilidade do Sócio que se Retirou da Sociedade	541
a.5)	Análise do Art. 135 do CTN	544
a.6)	Responsabilidade Pessoal: Objetiva × Subjetiva	544
a.7)	Aspectos do Direito Empresarial	545
a.8)	Natureza Jurídica da Responsabilidade do Art. 135 do CTN	546
a.9)	Obrigatoriedade do Nome do Responsável na CDA	548
a.10)	Comentários à Expressão “Infração à Lei”	553
a.11)	Empresas Individuais de Responsabilidade Limitada – EIRELI	558
a.12)	Resumo	559
I –	Da Sociedade	559

II – Do Sócio-Gerente, Diretor ou Administrador ou Equivalente	559
III – Dos Demais Sócios que Não exercem a Administração da Sociedade.	563
B. Responsabilidade por Infração	568
b.1) Análise do Art. 136 do CTN.	568
b.2) Análise do Art. 137 do CTN.	569
b.3) Análise do Art. 138 do CTN.	571
b.3.1) Denúncia Espontânea.	571
b.3.2) Denúncia Espontânea e Obrigação Acessória	571
b.3.3) Denúncia Espontânea e Parcelamento	572
b.3.4) Denúncia Espontânea e Lançamento por Homologação	574
C. Responsabilidade por Sucessão	575
c.1) Sucessão Genérica e Específica.	576
c.2) Classificação	576
c.2.1) Inter Vivos.	577
c.2.1.1) Bens Imóveis	577
c.2.1.2) De Bens Móveis	579
c.2.2) Sucessão <i>Mortis Causa</i>	579
c.2.3) Sucessão Empresarial	581
c.2.3.1) Análise do Art. 132 do CTN.	581
c.2.3.2) Análise do Art. 133 do CTN.	584
I – Fusão	581
II – Incorporação.	582
III – Transformação	582
IV – Cisão	582
I – Se o Adquirente Não explora a Mesma Atividade do Alienante	585
II – Se o Adquirente explora a Mesma Atividade do Alienante	586
c.2.3.3) Alterações da Lei Complementar n. 118/2005.	588
c.2.3.4) A Aplicação das Multas no Caso da Sucessão	590
c.2.3.5) Multa “Punitiva”, Isolada ou de Ofício	590
c.2.3.6) Multa Moratória	592
c.2.3.7) Juros de Mora.	592
9.5 Súmulas Importantes do STJ.	594

Capítulo 10	Crédito Tributário	
10.1	Teorias Dualista e Monista	595
10.2	Lançamento	596
10.2.1	Conceito	596
10.2.2	Competência para Efetuar o Lançamento	599
10.2.3	Natureza Jurídica (Teorias Declarativista e Constitutivista) e Legislação Aplicável ao Lançamento	601
10.2.4	Características e Funções do Lançamento	603
10.2.5	Lançamento e Utilização de Câmbio	604
10.2.6	A Revisão do Lançamento e Princípios Inerentes	604
	I – Princípio da Inalterabilidade	605
	II – Princípio da Irrevisibilidade	608
	III – Princípio da Irretroatividade	610
10.2.7	Efeitos do Lançamento	612
10.2.8	Modalidades de Lançamento	613
	A. Lançamento Direto ou de Ofício	613
	B. Lançamento por Declaração ou Misto	616
	C. Lançamento por Homologação	619
	D. Lançamento por Arbitramento	623
10.3	Crédito Tributário	625
10.3.1	Conceito	625
10.3.2	Espécies de Créditos	626
10.4	Suspensão da Exigibilidade do Crédito Tributário	629
10.4.1	Introdução	629
10.4.2	Efeitos da Suspensão da Exigibilidade	631
10.4.3	Alcance da Expressão “Suspensão da Exigibilidade do Crédito”	631
10.4.4	Possibilidade de Suspensão antes do Lançamento	631
10.4.5	Taxatividade do Art. 151 do CTN	634
10.4.6	Modalidades	635
	10.4.6.1 Moratória	635
	10.4.6.1.1 Espécies de Moratória	635
	10.4.6.1.2 Moratória e Direito Adquirido	638
	10.4.6.1.3 Requisitos e Condições	639
	10.4.6.1.4 Alcance da Moratória	640
	10.4.6.1.5 Moratória × Parcelamento	641

10.4.6.2	Depósito do Montante Integral	642
10.4.6.2.1	Depósito e Conversão em Renda	645
10.4.6.2.2	Diferença entre Depósito do Montante Integral e Consignação em Pagamento	648
10.4.6.2.3	Depósito do Montante Integral e Ação Anulatória de Débito Fiscal	649
10.4.6.3	Reclamações e Recursos Administrativos	650
10.4.6.3.1	Defesas Administrativas e Prescrição Intercorrente	652
10.4.6.3.2	Competência para Regulamentação de Normas sobre o PAF	655
10.4.6.3.3	Constitucionalidade do Depósito Recursal e do Arrolamento Administrativo	656
10.4.6.4	Concessão de Medida Liminar em Mandado de Segurança	658
10.4.6.4.1	A Discussão quanto ao Mandado de Segurança contra a Lei em Tese	661
10.4.6.4.2	Efeitos da Cassação da Liminar	664
10.4.6.5	Concessão de Tutela Antecipada em Outras Ações Judiciais	666
10.4.6.5.1	A Exigência de Caução ou Depósito para a Concessão da Tutela Antecipada	666
10.4.6.5.2	Oferecimento de Bens em Caução e Suspensão da Exigibilidade	670
10.4.6.5.3	Possibilidade de Concessão de Tutela Antecipada antes da Contestação	671
10.4.6.5.4	Comentários ao Art. 170-A do CTN	672
10.4.6.6	Parcelamento	674
10.4.6.6.1	Parcelamento e Denúncia Espontânea	677
10.4.6.6.2	Compensação e Denúncia Espontânea	681
10.5	Modalidades de Extinção do Crédito Tributário	681
10.5.1	Pagamento	683
10.5.2	Compensação	689
10.5.3	Transação	697
10.5.4	Remissão	699
10.5.5	Prescrição e Decadência	701
A.	Decadência	703
B.	Prescrição	710
I	– Pelo Despacho do Juiz que ordenar a Citação	711
II	– Pelo Protesto Judicial	711

III – Por Qualquer Ato Judicial que constitua em Mora o Devedor	712
IV – Por Qualquer Ato Inequívoco, ainda que Extrajudicial, que importe Reconhecimento do Débito pelo Devedor.	712
10.5.6 Conversão do Depósito em Renda	715
10.5.7 Pagamento Antecipado e Homologação do Lançamento.	717
10.5.8 Consignação em Pagamento	718
10.5.9 Decisão Administrativa Irreformável	724
10.5.10 Decisão Judicial Passada em Julgado.	726
10.5.11 Dação em Pagamento de Bens Imóveis	726
10.6 Modalidades de Exclusão do Crédito Tributário	728
10.6.1 Anistia	730
10.6.1.1 Não Cabimento da Anistia	730
10.6.1.2 Classificação.	731
10.6.1.3 Anistia e Direito Adquirido.	732
10.6.1.4 Distinção entre Remissão e Anistia	733
10.6.2 Isenção	733
10.6.2.1 Natureza Jurídica.	734
10.6.2.2 Previsão em Lei.	735
10.6.2.3 Tributos que Alcança	735
10.6.2.4 Classificação das Isenções.	736
10.6.2.5 Revogação da Isenção	739
10.6.2.6 Isenção e Obrigações Acessórias	741
10.6.2.7 Ministério Público e Legitimação para Questionar Benefícios Fiscais.	742
Capítulo 11 Garantias e Privilégios do Crédito Tributário	
11.1 Breves Considerações	745
11.2 Garantias × Privilégios	746
11.3 Universalidade dos Bens e Impenhorabilidade	747
11.3.1 Penhora.	749
11.3.2 Bem de Família e a Regra da Impenhorabilidade	750
11.3.3 A Ordem da Penhora Estabelecida no Art. 11 da LEF.	752
11.3.4 Da Importância da Intimação da Penhora	753
11.4 Presunção de Fraude	754

11.4.1	Momento de Caracterização da Presunção de Fraude	754
11.4.2	Presunção Relativa × Presunção Absoluta	755
11.4.3	Fraude contra Credores × Fraude à Execução.	755
11.5	Penhora <i>On-Line</i>	756
11.6	Análise do Art. 186 do CTN	759
11.6.1	Multas	760
11.6.2	Cessão de Créditos	761
11.7	Concurso de Preferências	762
11.7.1	Constitucionalidade do Art. 187 do CTN.	762
11.7.2	Execução Fiscal e Falência.	765
11.7.3	Interesse da Fazenda Pública para Requerer a Falência do Devedor	766
11.8	Crédito Extraconcursal	767
11.9	Preferências dos Arts. 189 e 190 do CTN	768
11.9.1	Art. 189 do CTN.	768
11.9.2	Art. 190 do CTN.	768
11.10	Exigência da Prova de Quitação de Tributos	769
11.10.1	Para Extinção das Obrigações do Falido.	769
11.10.2	Para a Concessão da Recuperação Judicial.	770
11.10.3	Para Julgamento de Partilha ou Adjudicação.	771
11.11	Exigência de Certidão e Contratação com o Poder Público.	772

Capítulo 12 Administração Tributária: Fiscalização, Dívida Ativa e Certidão

12.1	Conceito	775
12.2	A Administração e o Princípio da Legalidade	776
12.3	Fiscalização.	778
12.3.1	Sigilo Comercial.	779
12.3.2	Dever de Informar e Sigilo Profissional	782
12.3.3	Sigilo Fiscal.	784
12.3.4	Sigilo Bancário	786
12.3.4.1	Histórico do Sigilo Bancário no Brasil.	787
12.3.4.2	O Sigilo Bancário e o Inventário Extrajudicial	792
12.3.5	Auxílio da Força Policial.	793

12.3.6	Responsabilidade Pessoal do Agente Público	793
12.4	Dívida Ativa	794
12.4.1	Conceito	794
12.4.2	Créditos Tributários e não Tributários	795
12.4.3	A Inscrição em Dívida Ativa	796
12.4.3.1	Definição	796
12.4.3.2	Termo de Inscrição	797
12.4.3.3	Análise da Expressão “Regular Inscrição”	801
12.4.3.4	Presunção Relativa	801
12.4.4	Protesto da Certidão de Dívida Ativa	803
12.4.5	Averbação Pré-executória	805
12.5	Suspensão da Prescrição	806
12.6	Certidão de Débito Fiscal	807
12.6.1	Efeitos da Certidão	808
12.6.2	Dispensa da Certidão	809
12.6.3	Certidão Expedida com Dolo ou Fraude	810
12.7	Substituição da CDA	810

Referências